

A IMPORTANCIA DO PROCESSO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

the importance of the process of permanent education in the framework of the brazilian social services

Thamyres Alves de Araújo¹
Mônica Barros da Nóbrega
Géssica Tamires da Silva Anselmo

RESUMO

O Serviço Social é uma profissão inserida na realidade social e tem como uma de suas funções principais, desenvolver respostas para a Questão Social que se apresenta cada vez mais complexificada, tendo em vista que a realidade social em sua concreticidade está em constante transformação. Nesse sentido, mostra-se fundamental o debate acerca do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social, na medida em que este processo tende a viabilizar o aprimoramento intelectual do profissional assistente social frente às transformações societárias em curso. Assim sendo, o estudo ora apresentado tem como objetivo refletir acerca da importância do processo de educação permanente no Serviço Social, elucidando as estratégias de resistência e de enfrentamento da categoria para a efetivação deste processo na atual conjuntura, dando ênfase a Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS-CESS, como um importante conquista da categoria nesta perspectiva. O estudo foi sistematizado a partir de um levantamento bibliográfico e documental das principais obras e de dados documentais que tratam da educação permanente no Serviço Social. As considerações finais apontam que apesar da conjuntura adversa, é possível verificar no interior da categoria um esforço conjunto, no sentido de desenvolver ações para efetivar o processo de educação permanente na perspectiva de contribuir para a qualidade dos serviços prestados à população usuária.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Permanente. Serviço Social. Processo Formativo.

ABSTRACT

The Social Service is a profession inserted in the social reality and has as one of its main functions, to develop answers to the Social Question that presents itself more and more complex, considering that the social reality in its concreticity is in constant transformation. In this sense, it is fundamental to debate the process of permanent education in the scope of Social Work, since this process tends to make possible the intellectual improvement of the professional social worker in the face of ongoing societal transformations. Thus, the study presented here aims to reflect on the importance of the process of permanent education in Social Work, elucidating the strategies of resistance and confrontation of the category for the effectiveness of this process in the current conjuncture, with emphasis on the Permanent Education Policy. CFESS-CESS, as an important category achievement in this perspective. The study was systematized based on a bibliographical and documentary survey of the main works and documentary data that deal with permanent education in Social Work. The final considerations point out that, despite the adverse conjuncture, it is possible to verify within the category a joint effort, in order to develop actions to carry out the process of permanent education, in order to contribute to the quality of services provided to the community. population.

KEY WORDS: Permanent Education. Social service. Formative Process.

¹ Autor correspondente: Thamyres Thamyres Alves de Araújo – E-mail: thamyres.alvesaraujo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O exercício profissional do/a assistente social tem implicações éticas e políticas, tendo em vista que em seu cotidiano de trabalho tem como demanda direta a viabilização de direitos da população usuária dos serviços. Haja vista as transformações que ocorrem constantemente na realidade social, os/as assistentes sociais se veem impelidos a manter-se em contínua qualificação no sentido de desenvolverem ações profissionais críticas que caminhem na direção do fortalecimento do projeto ético-político profissional.

Nessa perspectiva, a educação permanente revela-se como um processo de grande importância e relevância para o Serviço Social, tendo em vista que, através desse processo é possível viabilizar o aprimoramento intelectual dos/as profissionais assistentes sociais, reverberando na qualidade dos serviços que são desenvolvidos pela categoria.

Partindo do pressuposto de que a educação permanente é um processo que sofre as influências das condições objetivas e subjetivas da vida social, ou seja, da complexidade que permeia a realidade, entende-se que este processo encontra-se inserido numa conjuntura adversa, tendo em vista a ofensiva implementada pelo capital através principalmente da política neoliberal e da reestruturação produtiva que desmonta os direitos conquistados pela classe trabalhadora e precariza a educação superior, bem como o processo formativo desses profissionais.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo refletir acerca da importância do processo de educação permanente no Serviço Social, elucidando as estratégias de resistência e de enfrentamento da categoria para a efetivação deste processo na atual conjuntura, dando ênfase a Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS-CRESS, como um importante conquista da categoria nesta perspectiva.

O estudo que se encontra em andamento está estruturado em dois tópicos. Inicialmente discutiremos o tema da educação permanente e sua importância para o Serviço Social e em seguida discorreremos sobre a Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS-CRESS, que orienta a categoria na defesa de um processo permanente de educação e aprimoramento crítico visando alcançar uma atuação que seja ao mesmo tempo criadora e transformadora da realidade e dos indivíduos. Para finalizar apresentamos nossas considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

2 O PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Segundo Nascimento; Oliveira (2016), foi a partir dos anos de 1966 que o tema da educação permanente foi dimensionado no âmbito pedagógico do Brasil, ocupando vários espaços de discussão de profissionais de diversas áreas. A educação permanente, de acordo com Marcondes (2013), se constitui a partir do entendimento do ser social como sendo inconcluso, inacabado. Nesse sentido, é da própria natureza do homem essa constante busca por novos conhecimentos. Conforme Marcondes (2013, p.135),

A educação permanente, na sua dimensão teleológica, ou seja, enquanto realidade que busca a finalidade de sua própria aplicação, relacionando-se a si mesma com sua causa final, condensa realidades amplas [...].

De acordo com Fernandes (2007), a educação permanente privilegia o processo de trabalho como o principal espaço da construção de aprendizagem, por meio da reflexão e análise dos problemas reais, buscando alternativas para a transformação e recriação de novas práticas. É um processo, portanto, inacabado e contínuo. Assim, “a educação permanente pressupõe a aprendizagem no próprio local de trabalho, a troca de saberes, o trabalho coletivo, o respeito pelas diferenças e a efetivação de mudanças” (FERNANDES, 2007, p.208).

Nesse sentido, através do processo de educação permanente, o/a assistente social tem a possibilidade de sistematizar as reflexões acerca da realidade social e a partir daí desenvolver um exercício profissional e produzir novos conhecimentos que estejam cada vez mais adequados para responder as demandas que lhe são postas. Assim, entende-se que os/as assistentes sociais ao assumirem uma postura crítica e propositiva, abrem um caminho de possibilidades para a superação deste modelo de sociedade, rumo a um novo tipo de sociedade humanamente emancipada.

Aprender as demandas contraditórias do capital e do trabalho só é possível por meio do exercício permanente de questionamentos, investigações e estudos críticos, tendo como base a totalidade social, para assim construir estratégias de intervenção que estejam cada vez mais conectadas com os princípios defendidos no projeto ético-político, potencializando a

capacidade de enfrentamento dos dilemas postos pela contemporaneidade, sem desconsiderar neste processo os limites e possibilidades da profissão.

Nesse sentido, a educação permanente se apresenta como um instrumento que possibilita aos/as assistentes sociais compreenderem o contexto onde estão inseridos/as e as particularidades sócio-históricas do Serviço Social, bem como, os determinantes da constituição do Serviço Social em seu real significado.

A educação permanente permite, ainda, a reflexão acerca da dimensão investigativa e interventiva da profissão, expressando um contínuo processo de educação no trabalho (não só educação para o trabalho) por meio da construção de conhecimentos elaborados no cotidiano do exercício profissional de forma coletiva ou mesmo individual. De acordo com Marcondes (2013 p. 208), “[...] a educação permanente é processo de longo prazo, materializando-se no decorrer da vida profissional por período indeterminado”.

A busca por aprimoramento intelectual, por meio da educação permanente, possibilita o fortalecimento da categoria no enfrentamento da alienação e no protagonismo presentes no cotidiano do trabalho, tendo em vista que o processo de aprimoramento intelectual permite ao profissional ter clareza acerca da direção estratégica e do significado social da profissão.

É importante reafirmar a importância de se efetivar e refletir sobre a educação permanente como meio de assegurar o aperfeiçoamento intelectual dos/as assistentes sociais e o fortalecimento da identidade profissional, pois a dinâmica da realidade social sofre transformações a todo o momento, fazendo-se necessário um processo permanente de aprimoramento por parte desses profissionais.

Através de suas ações de reflexão, estudo e aprimoramento por meio da educação permanente. O assistente social consegue acompanhar as transformações e movimentos da realidade concreta, visto que este processo de aperfeiçoamento viabiliza o fortalecimento de uma identidade profissional crítica e desvinculada da raiz conservadora que marca o Serviço Social tradicional. Nesse contexto, a medida em que se aprofunda e se fortalece o compromisso da profissão com os princípios do seu projeto, mais o profissional se encontra capacitado para realizar análises e reflexões acerca do seu exercício profissional, o que permite o desenvolvimento de práticas que ultrapassam a imediatividade do cotidiano.

De acordo com Marcondes (2013), a educação permanente deve ser apreendida como um processo contínuo de qualificação, tendo como horizonte o desenvolvimento de ações protetivas e preventivas em detrimento das práticas acríticas, pragmáticas e assistencialistas tão

presentes no início da profissão que acabavam sendo funcionais à manutenção do *status quo*. Assim, podemos reafirmar a direção do projeto ético político do Serviço Social que visa superar e romper com toda influência conservadora que marcou parte da trajetória da profissão. Para o supracitado autor, portanto, a educação permanente permite que os profissionais construam novos conhecimentos e formas de intervenção crítica, pautada nos ideais do projeto ético político e de superação do Serviço Social “tradicional”.

Logo, a educação permanente beneficia tanto o/a profissional, por meio da apreensão e produção de conhecimentos, quanto aos usuários dos serviços, através da prestação de um exercício profissional de qualidade e conectado com os interesses da classe trabalhadora.

Em consonância com Marcondes (2013, p. 189),

A efetivação do vínculo que a educação permanente mantém com a qualidade dos serviços prestados é perceptível pelo assistente social em sua prática cotidiana. Isso se verifica porque as demandas que são colocadas para a profissão exigem do assistente social um compromisso constante com o aprimoramento intelectual, ao mesmo tempo em que desperta o profissional a comprometer-se com o trabalho executado [...].

Em síntese, a educação permanente como um instrumento que permite o aperfeiçoamento intelectual do/a Assistente Social, se constitui também como uma estratégia de fortalecimento e de consolidação de uma identidade profissional crítica, de compromisso com a qualidade dos serviços prestados, de potencialização do projeto ético político e do Código de Ética de 1993, bem como de fortalecimento das competências e atribuições privativas dos/as Assistentes Sociais. Estimula a capacidade organizativa da categoria e reflete acerca do fazer profissional na perspectiva de construir e reconstruir novos saberes e novas práticas, assegurando os fundamentos do projeto ético político do Serviço Social, no âmbito das lutas sociais com vistas à transformação da sociedade.

É relevante também assinalar que o processo de educação permanente, através das suas ações problematizadoras e reflexivas devem se constituir em espaços em que os profissionais sejam, de fato, partícipes desse processo e não apenas meros receptores de informações. Nesse contexto, o processo de construção de conhecimento, baseado na concepção de educação permanente vai além da ideia de atualização técnica dos profissionais, ao contrário, é um processo de enfrentamento, desconstrução e reconstrução contínua na perspectiva de desenvolver novas formas de responder as demandas da classe trabalhadora, por meio de

práticas cada vez mais conectados com o interesse desta classe e, por conseguinte, fortalecendo o projeto ético-político da profissão.

Assim,

A ação experiencial no trabalho, que possibilita aprendizagem (aqui trazida como permanente) é um processo de ação-reflexão que, ao ser vivenciado pelos assistentes sociais, privilegia o trabalho como lócus de aquisição de conhecimento e objeto de transformação, prioriza a participação coletiva e o intercâmbio de diferentes saberes, favorece a investigação, o questionamento e a descoberta de novas formas de trabalho que poderão nos instrumentalizar para a qualificação de nossa atuação profissional. (FERNANDES, 2007, p.216)

A partir do entendimento de que o processo da educação permanente não é um fenômeno isolado, mas inserido na realidade social, é necessário contextualizar este processo dentro da atual conjuntura. No cenário atual, é funcional à lógica capitalista não promover ações na perspectiva da educação permanente, tendo em vista que profissionais acríticos são úteis ao sistema. Nesse sentido, as configurações da atual sociedade capitalista estabelecem inúmeros desafios para a efetivação do processo da educação permanente no âmbito do Serviço Social.

A ofensiva da política neoliberal e a reestruturação produtiva se apresentam como algumas das estratégias que o grande capital se utiliza para se reestabelecer e manter-se como poder hegemônico num contexto de crise estrutural de alcance mundial. No Brasil, essas estratégias do capital emergem na conjuntura dos anos 1990 e se estendem até a contemporaneidade, ora de forma mais explícita,oras de forma mais mascarada, todavia, sempre atendendo os interesses do sistema capitalista.

Inserindo o processo da educação permanente no interior dessa conjuntura macrossocial, podemos inferir que, por meio da política neoliberal e das contrarreformas implementadas desde a emergência desta política até os dias atuais, a educação vem passando por um processo de desmonte que vem se agravando desde os anos 1990, quando no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE) onde ocorre a mercantilização da educação e esta passa a ser oferecida também por instituições de ensino privadas. Nesse contexto a educação deixa de ser um direito gratuito e passa a ser uma mercadoria, esse processo acaba por fortalecer o mercado das instituições de ensino privadas, bem como na modalidade à distância.

É importante esclarecer que nas universidades públicas há uma obrigatoriedade de indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, como uma forma de garantir a qualidade do processo formativo a partir desses três eixos constitutivos. Nas instituições de ensino privadas e na modalidade à distância não há essa obrigatoriedade, sendo necessário apenas o

ensino, portanto, explicita-se a funcionalidade desse tipo de formação que não contempla a pesquisa e a extensão, formando profissionais tecnicistas e pragmáticos.

Segundo dados oficiais do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior que constam no portal e-MEC, verifica-se o quantitativo de 605 cursos de graduação em Serviço Social em atividade, oferecidos em instituições privadas. Dos 605 cursos, 521 são ofertados na modalidade presencial e 84 cursos a distância. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2010 eram 282 cursos, onde 270 eram presenciais e 12 à distância (INEP, 2010).

É possível verificar através desses dados que há um número expressivo de instituições de ensino privado e na modalidade à distância oferecendo o curso de Serviço Social sem a obrigatoriedade da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, o que compromete demasiadamente o processo formativo, bem como a possibilidade da efetivação do processo de educação permanente, tendo em vista que o interesse dessas instituições é na formação técnica e acrítica, em detrimento de uma formação efetivamente crítica e compromissada com os interesses expressos no projeto ético-político da profissão.

Ainda referente às estratégias do grande capital para reverter o quadro de crise, podemos destacar a reestruturação produtiva que através de mudanças no mundo do trabalho aumenta a exploração da força de trabalho, desmonta direitos conquistados pela classe trabalhadora promovendo um verdadeiro quadro de profunda precarização do trabalho. Nessa conjuntura de reestruturação produtiva se desenvolvem novas formas de trabalho, aumenta-se os trabalhos informais e subtrabalhos, bem como emergem novas exigências de perfil de trabalhador como por exemplo, o trabalhador polivalente que exerce múltiplas tarefas.

Considerando que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e, portanto, o profissional assistente social é um trabalhador assalariado inserido nesta conjuntura de precarização, é possível verificar que, um número considerável de profissionais que estão no mercado de trabalho através de contratos estão incorporados nesta lógica precarizada, com frágeis garantias trabalhistas, péssimos salários e instabilidade, tendo que equilibrar mais de um contrato de trabalho, o que inviabiliza demasiadamente a efetivação do processo de educação permanente, tendo em vista que estes profissionais se encontram superexplorados e desmotivados.

Conforme Fernandes (2007) há no panorama atual, diversas iniciativas referentes à qualificação profissional, tais como treinamentos, cursos de capacitação, universidades

corporativas etc. O que se nota é que estas iniciativas não surgem a partir das reais necessidades e desejos dos/as trabalhadores/as, mas das necessidades de manutenção do capital.

Contudo, não podemos esquecer, segundo CFESS (2012, p. 14 -15), que o Conjunto CFESS-CRESS, articulado às demandas políticas e profissionais colocadas à categoria, vem desenvolvendo ações de educação permanente há muitos anos, a exemplo, dentre outros, dos:

[...] Encontros e Seminários específicos que o CFESS realiza para os/as conselheiros/as dos CRESS e agentes fiscais, na preparação para que estes/as também trabalhem e realizem atividades de formação com as/os assistentes sociais; o curso Ética em Movimento, que acontece anualmente e já está na sua 10ª edição [...]; os seminários nacionais organizados pelo CFESS para discutir a atuação profissional em campos específicos de intervenção, a exemplo do seminário sobre o trabalho de assistentes sociais na Política de Assistência Social, na Saúde, na Previdência Social, na Educação e no Campo Sócio jurídico; a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), as diversas publicações que constituem formas de socialização das informações, debates sobre trabalho profissional, temas polêmicos e deliberações do Conjunto CFESS-CRESS [...]. No âmbito da atuação dos CRESS, destacam-se: as atividades comemorativas do dia do/a assistente social; cursos em aliança com Unidades de Formação Acadêmicas; produção de revistas, periódicos e coletâneas jurídicas. [...]. Esse conjunto de eventos e publicações constitui canais sistemáticos e impulsionadores de educação permanente.

Dessa forma, evidencia-se o compromisso e o empenho da categoria com a educação permanente, considerando o esforço em promover cursos, debates, eventos, grupos de estudos e publicações que abarcam os mais diversos debates e temas pertinentes para a profissão, no sentido de garantir, através dessas iniciativas, a qualidade da formação, bem como do exercício profissional do/a assistente social.

No que diz respeito às possibilidades da educação permanente, podemos ressaltar a importância do desenvolvimento de projetos de extensão e de pesquisa. Através da pesquisa é possível aprofundar e produzir saberes que poderão fundamentar as práticas profissionais. Os projetos de extensão, pela sua potencialidade de articular a relação entre a universidade e a comunidade, proporciona uma aproximação com as necessidades da população. Logo, tais ações poderão viabilizar a troca de conhecimentos entre aqueles/aquelas que atuam nos espaços sócios institucionais e os/as que estão na docência, bem como a construção de saberes e formas de intervenções que respondam as demandas de maneira qualificada.

Outra possibilidade que podemos ressaltar é a construção de parcerias entre as universidades, as entidades organizativas e representativas da categoria no sentido de criar

espaços que possibilitem ações referentes à educação permanente, além da estruturação de acervos bibliográficos nos espaços institucionais, que permitam que o/a profissional tenha acesso a referenciais teóricos críticos e materiais com conteúdos atualizados e pertinentes ao seu exercício profissional.

Os/as profissionais que por razões não explicitadas não queiram ou não tenham a possibilidade de realizarem uma formação *strictu* ou *lato sensu*, é possível buscarem formas alternativas de construir um processo de educação permanente, seja pela via formal ou informal. A esse respeito, Marcondes (2013, p. 207) comenta:

[...] Nessas situações, a busca de aperfeiçoamento por meio do aproveitamento do próprio ambiente de trabalho para realização de reflexões críticas, grupos de estudo dentre outros, a participação em oficinas, workshops, cursos de curta duração, seminários e palestras, ao lado da participação nas ações desenvolvidas pelas entidades organizativas e representativas da categoria profissional igualmente tem sua parcela de importância como contributo para alcance do aprimoramento profissional.

Sabendo que a prática profissional está inserida no espaço do cotidiano das instituições, onde são elaborados relatórios, laudos e pareceres, dentre outros, os/as profissionais podem fazer uso dessas documentações para construir mediações entre a prática profissional e o projeto ético-político pela socialização e debate coletivo acerca dos dados sobre a realidade dos usuários. Podem, pois, buscar meios e estratégias para desvelar a realidade de forma crítica, respondendo as demandas em sintonia com os princípios do Código de Ética de 1993.

Nesse sentido, evidencia-se que a busca pela efetivação do processo da educação permanente é um desafio diário e que é de suma importância que as instituições empregadoras e as unidades representativas da categoria ofereçam suporte e condições objetivas para que os profissionais consigam efetivar o processo supracitado, com vistas a acompanhar as transformações ocorridas na sociedade cotidianamente.

Diante do exposto, é possível apontar que o processo da educação permanente é um ato de resistência do Serviço Social, que através de um processo permanente de reconstrução de saberes e práticas, contribui para o desenvolvimento de práticas profissionais que estejam cada vez mais identificadas com os interesses da classe trabalhadora e com a superação do atual modelo de sociedade.

3. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS-CRESS, COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE.

A Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS, resultado do esforço conjunto da categoria profissional, é um instrumento político voltado para o fortalecimento da formação e do exercício profissional e contribui para a garantia da qualidade dos serviços prestados à população usuária do Serviço Social brasileiro. Sua construção teve início na gestão “Atitude Crítica para Avançar na Luta” (2008-2011) e foi concluída no ano de 2012 na gestão “Tempo de Luta e Resistência” (2011-2014).

Para a referida Política, refletir acerca da educação permanente no Serviço Social:

Pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social (CFESS, 2012, p. 08).

A educação permanente defendida na citada Política é fundamental não só para o Serviço Social, como para todas as profissões e áreas do conhecimento, visto que, no cenário atual, a dinâmica e complexa realidade em transformação produz rapidamente questões que necessitam ser desveladas e analisadas, considerando a realidade social em sua totalidade.

A educação deve ter também a função de contribuir na formação do indivíduo como um sujeito político, capaz de mudar a realidade social. Logo, é a partir desse entendimento de educação emancipadora que a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS reafirma sua posição de resistência ao modelo de ensino que se adéqua aos interesses do capital, colocando-se em defesa de uma educação que atenda às necessidades humanas.

De acordo com o CFESS (2012), é necessário que os/as Assistentes Sociais tenham conhecimento sobre suas atribuições e competências e fundamentem sua prática profissional a partir de uma direção crítica na perspectiva de romper com as influências conservadoras que marcaram a emergência e o desenvolvimento do Serviço Social. É importante pontuar que as entidades representativas e as unidades de formação do Serviço Social desenvolvam, de forma permanente, reflexões junto com a categoria acerca dos referenciais teóricos, técnicos, éticos e políticos que circunscrevem o exercício profissional, com vistas a construir uma prática que

seja cada vez mais qualificada e comprometida com a defesa de uma nova ordem social livre e emancipadora.

Assim, a referida Política se mostra totalmente oposta à lógica do mercado, a qual acaba, em muitos casos, levando os/as profissionais a se submeterem a cursos aligeirados, direcionados para a habilitação no domínio do instrumental, com ênfase nos conteúdos técnicos ou comportamentais. Cursos estes que conformam um perfil profissional funcional à manutenção da lógica capitalista.

A Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS-CRESS fundamenta-se a partir de uma “dimensão política e pedagógica de reafirmação de valores e conteúdos que expressam a direção social estratégica da profissão” (CFESS, 2012, p.11). Nesse sentido, para consolidar esta Política, o conjunto CFESS-CRESS baseia suas reflexões tendo como suporte a concepção de educação popular e emancipatória, pois esta viabiliza o desenvolvimento de uma “consciência para si” dos sujeitos envolvidos nesse processo, portanto, vai além do modelo de formação que se limita à qualificação com vistas ao aprimoramento meramente técnico, atingindo um alcance mais amplo e crítico apontando para o desenvolvimento da capacidade organizativa da categoria.

Para as entidades representativas da categoria profissional, a Política de Educação Permanente aparece como uma estratégia no âmbito da qualificação continuada, tendo em vista que o cotidiano do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais é inflexionado por inúmeras transformações societárias, que demandam um sistemático exercício de desvelamento e intervenção na realidade. Para tanto é fundamental apreender essa realidade em sua totalidade de forma crítica e articulada.

Assim, em concordância com o CFESS (2012), a Política de Educação Permanente tem como eixo norteador a dimensão da totalidade histórica, resguardada na matriz do pensamento crítico dialético presente nas Diretrizes Curriculares de 1996. É, pois, um instrumento que permite o desenvolvimento e a qualificação da prática profissional e uma estratégia de fortalecimento da capacidade organizativa da categoria. Nesse sentido, se mostra, sobretudo, como um instrumento de luta política e ideológica, entendendo que o âmbito da formação profissional é um dos espaços que pode estimular a consolidação do projeto ético-político.

Como já ressaltamos anteriormente, no governo neoliberal são priorizadas estratégias de “adestramento” por meio das reformas no sistema de ensino, principalmente no nível superior, de acordo com as prerrogativas dos organismos internacionais.

Logo, a Política de Educação Permanente:

[...] se inscreve no campo das estratégias de enfrentamento a este cenário avesso aos direitos, na medida em que proporciona aos/às assistentes sociais no exercício da profissão a possibilidade de consolidação de uma proposta de formação continuada e sustentada na defesa do trabalho e dos/as trabalhadores/as. (CFESS, 2012, p. 43)

No que diz respeito às diretrizes estabelecidas por essa Política, segundo o CFESS (2012), destaca-se, dentre outras: o compromisso com o Código de Ética de 1993, com o aprimoramento intelectual e com a qualidade dos serviços, assegurando, pois, a competência profissional; o desenvolvimento de espaços que possibilitem o aprimoramento profissional de forma contínua; a contribuição para o fortalecimento da direção política e social estratégica do Serviço Social, para as reflexões e sistematizações da Questão Social e de suas inúmeras expressões, para a defesa das políticas públicas e da democracia; a valorização da imagem do Serviço Social e do/da Assistente Social e a socialização das reflexões teóricas, considerando o projeto ético político e o Código de Ética do Serviço Social de 1993.

Concernente aos seus objetivos, de acordo com o CFESS (2012), pode-se ressaltar como objetivo principal: a consolidação da Política Nacional de Educação Permanente, voltada para o aprimoramento intelectual, técnico e político dos/as profissionais na perspectiva de garantir a qualidade do exercício profissional e a inserção de profissionais críticos no mercado de trabalho, bem como o fortalecimento do projeto ético-político. Como objetivos específicos, democratizar a educação permanente; contribuir com as reflexões acerca do Serviço Social e das formas de enfrentamento da Questão Social de forma crítica; qualificar o trabalho profissional no âmbito da apreensão, formulação, gestão e acompanhamento de planos, programas e projetos; socializar os debates acerca do instrumental teórico, técnico e ético do Serviço Social; subsidiar a articulação entre o CFESS-CRESS e as instituições de ensino de Serviço Social com vistas a valorizar a profissão e a qualificação; possibilitar a interlocução entre as entidades representativas dos usuários com os movimentos sociais no sentido de promover problematizações e reflexões acerca da dinâmica da realidade social na qual o fazer profissional está inserido e potencializar os Fóruns de Supervisão de Estágio por compreender

que estes espaços permitem o fortalecimento do exercício profissional e o aperfeiçoamento das formas de enfrentamento das demandas.

Com relação às estratégias traçadas pela Política de Educação Permanente, destaca-se a promoção de parcerias entre o conjunto CFESS-CRESS e as instituições de ensino na perspectiva de implementar a pós-graduação *lato sensu*; consolidar espaços de reflexão e debates no âmbito dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), com o intuito de fortalecer o posicionamento político e a visão crítica do conjunto; estimular debates nos espaços institucionais, nas entidades representativas e movimentos sociais no sentido de socializar as reflexões da categoria; organização de grupos de estudos sobre os mais diversos temas que sejam pertinentes e relevantes para o Serviço Social; fazer uso dos materiais que são produzidos pelo conjunto CFESS-CRESS de modo que estes sejam apropriados pela categoria; estimular a participação dos/as profissionais nos espaços de reflexão teórica e sobre as questões contemporâneas; refletir nos Fóruns e nos encontros da ABEPSS e dos CRESS as demandas e as possibilidades da Educação Permanente no âmbito do Serviço Social; estabelecer parcerias com as instituições empregadoras com vistas a possibilitar ações de educação permanente acerca de temas que sejam relevantes para cada região e desenvolver planos a nível local e estadual de educação permanente, construindo parcerias com os CRESS e a ABEPSS a partir de eixos temáticos que fazem parte das demandas do exercício profissional. (CFESS 2012)

Portanto, em tempos de pós-modernidade, esta Política reafirma a centralidade do trabalho como eixo fundante da dinâmica da vida social, na sua dimensão ontológica, bem como a análise criteriosa de suas metamorfoses, no contexto da mundialização e financeirização do capital, trazendo elementos relevantes para desvelar as profundas repercussões na dinâmica das relações sociais, particularmente no que se refere à Questão Social e ao Estado (CFESS, 2012).

Nesse contexto, um dos desafios a ser enfrentado pela Política de Educação Permanente é o de encorajar a categoria profissional a manter uma postura crítica no desenvolvimento de novos saberes científicos, sem cair no dogmatismo e na fragmentação, tão característicos do modo de produção capitalista, bem como a tendência à fragmentação, tanto no âmbito da intervenção, quanto da produção de conhecimento. O que vem se verificando é que o processo de trabalho e os saberes estão ficando cada vez mais especializados, desconsiderando o objeto, os objetivos e o verdadeiro significado da profissão. Segundo o CFESS (2012, p. 38), o que vem sendo observado é que:

O afastamento da formação genérica, substituída por um conjunto prescritivo de intervenções, sem o rigoroso movimento de articulação entre totalidade e particularidade no fazer profissional, pode contribuir para a maior alienação e perda da capacidade de intervenção crítica na realidade do trabalho (já bastante prejudicada pela precarização do trabalho dos/as profissionais e aviltamento das condições de vida da classe trabalhadora).

Portanto, em síntese podemos dizer que a Política de Educação Permanente é uma conquista progressista da categoria profissional, pois reafirma o compromisso do Serviço Social com a qualidade da formação profissional, bem como com a construção de práticas capazes de responder as demandas da classe trabalhadora. Tem como categoria central a totalidade histórica, apreendida a partir da teoria social crítica e visa consolidar uma Política Nacional de Educação Permanente no âmbito do Serviço Social, através do desenvolvimento de ações que priorizem o aprimoramento intelectual, técnico e político dos/as profissionais, de forma crítica e qualificada.

Espera-se, assim, desse processo de educação permanente, defendido pela categoria profissional através da Política de Educação Permanente, a construção coletiva de novas práticas profissionais, de novos saberes e de novas formas de efetivar o projeto ético político do Serviço Social, com vistas à superação da sociedade de classes, rumo à construção de uma nova ordem societária emancipada.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto explicita-se a relevância da discussão acerca do processo de educação permanente, bem como a reflexão acerca das possibilidades e dos desafios para sua efetivação no âmbito do Serviço Social. É possível apontar também a importância fundamental da necessária desconstrução da concepção da qualificação na perspectiva meramente técnica com vistas à inserção no mercado de trabalho e a consequente construção de uma concepção de educação permanente crítico e com horizontes emancipatórios.

Considerando que o estudo ora apresentado se encontra em andamento, podemos situar até o momento a afirmação de que apesar da conjuntura adversa de desmonte da educação e do processo formativo, assim como a precarização das condições e relações de trabalho, ocorre um esforço do conjunto da categoria no sentido de desenvolver estratégias de enfrentamento e resistência com vistas à efetivação do processo de educação permanente.

Através do levantamento bibliográfico feito até o momento, foi possível visualizar no Serviço Social um grande esforço e resistência da categoria profissional no sentido de viabilizar a efetivação do processo da educação permanente e de fortalecimento do compromisso com o Projeto Ético Político da profissão, principalmente através das atividades desenvolvidas pelas entidades representativas da categoria.

Constatamos que em 1999, através da organização entre o conjunto CFESS/CRESS, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), foi realizado o primeiro curso de especialização à distância para os/as Assistentes Sociais do Brasil, com vistas a qualificar o exercício profissional, inserir um/uma profissional atualizado/a no mundo do trabalho, bem como fortalecer o projeto ético-político. Este curso foi reeditado nos anos 2009, trazendo como tema “Direitos Sociais e competências profissionais”.

De acordo com Santos, Abreu e Melim (2011), os anos 2000 foram marcados por ações que refletiram o encorajamento do Serviço Social no enfrentamento dos desafios postos para o fortalecimento de uma formação e de um exercício profissional de qualidade, como, por exemplo, a publicação da Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS, a realização de oficinas regionais e nacionais para implementação das diretrizes gerais, debates sobre os mestrados profissionalizantes, cursos sequenciais, ensino a distância e outros seminários, promovendo, assim, a socialização de informações e debates pertinentes à categoria.

Podemos destacar, ainda, como conquista a Resolução 533/2008 que trata sobre o Estágio Supervisionado, a Política Nacional de Estágio (PNE), a criação de cursos de Serviço Social em universidades públicas sem vínculo com a Política de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como a realização do Projeto “ABEPSS Itinerante” em todo Brasil, promovendo oficinas e debates acerca de temas relevantes na agenda profissional.

Guerra (2010) ressalta como mais uma importante estratégia de resistência, dentre outras, a construção dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPS) que fomentam os debates e reflexões acerca da formação e do exercício profissional no âmbito do Serviço Social.

Nessa mesma perspectiva, Santos, Abreu e Melim (2011) comentam que no 37º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS - Direito, Trabalho e Riqueza no Brasil: o Conjunto CFESS/CRESS na defesa do projeto ético-político profissional - realizado no período de 25 a 28 de setembro de 2008, no Distrito Federal, foi constituído o Grupo de Trabalho

Formação Profissional com o objetivo de construir e monitorar um plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior, como mais uma estratégia de fortalecimento de uma formação de qualidade que reafirme o projeto ético-político. Para as citadas autoras, as entidades representativas da categoria têm interferido politicamente nesse processo através de reuniões com o Ministério da Educação e a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior, participando de audiências e atos públicos em todo país.

Outro fato que expressa mais uma conquista da profissão foi à implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para os/ as Assistentes Sociais, instituída através da Lei nº 12.317 de 27 de agosto de 2010.

Enfim, a Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS/CRESS com a colaboração da ABEPSS e da Executiva Nacional dos/as Estudantes de Serviço Social (ENESSO), fundamentada na teoria social crítica, também se constitui como uma significativa conquista da categoria e uma estratégia de enfrentamento em defesa do projeto ético político profissional, sendo um instrumento político voltado para o fortalecimento da formação e do exercício profissional e contribui para o fortalecimento da qualidade dos serviços prestados à população usuária do Serviço Social brasileiro. Sua construção teve início na gestão “Atitude Crítica para Avançar na Luta” (2008-2011) e foi concluída no ano de 2012 na gestão “Tempo de Luta e Resistência” (2011-2014).

Para a referida Política, refletir acerca da educação permanente no Serviço Social:

Pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociedadeiras que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social (CFESS, 2012, p. 08).

Destacamos que, levando em consideração o fato da educação permanente ser um processo contínuo e de longo prazo, não se pode prescrever receitas e caminhos prontos para materializar este processo, todavia, é possível construir estratégias que viabilizem a efetivação do processo em debate. Apontamos que a Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS-CRESS é uma das importantes estratégias da categoria que fortalecem a materialização do processo de educação permanente.

Em síntese, embora em andamento, o presente estudo não tem a pretensão de ser conclusivo, ao contrário, pretendemos fortalecer o debate acerca do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social, entendendo que este processo caminha paralelamente com as constantes transformações ocorridas na sociedade, portanto, algo contínuo e permanente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, INEP/MEC. **Sinopse Estatística da Educação Superior em 2010**. 2010. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 11 abr. 2019.

CFESS/CRESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília/DF: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 24 de Março de 2019.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação Permanente: um desafio para o Serviço Social. *In: Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre. v.6, n.1, p.207-218, jan/jun.2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/view/1055/3241>> Acesso em: 25 de Março de 2019.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n°. 104, São Paulo: Cortez, out/dez. 2010, p.715-736.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. A educação Permanente no Sistema Único da Assistência Social: a percepção dos assistentes sociais. 2013. 233 f. **Dissertação** (Mestrado em desenvolvimento humano: formação, políticas e práticas sociais) – Universidade de Taubaté, São Paulo, 2013.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. Educação Permanente e Serviço Social: Apontamentos sobre a formação profissional. *In: Revista Temporalis*. Brasília, n.31, jan/jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/viewFile/12321/10103>>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2019.

SANTOS, Claudia Monica do; ABREU, Maria Helena Elpídio; MELIM, Juliana Iglesias. As entidades do Serviço Social Brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.108, out/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n108/a13n108.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019.